

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.669 - RO (2019/0184517-8)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : LUCAS GARCIA BRETAS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LUCAS GARCIA BRETAS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o qual denegou a ordem pretendida no *Writ* n. 0001551-65.2019.8.22.0000 para manter a segregação cautelar do recorrente nos autos da ação penal em que foi denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 311 da Lei n. 9.503/97, nos arts. 12 e 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 e no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, todos na forma do art. 69 do Código Penal.

Sustenta o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar do paciente, porquanto embasada de forma genérica na gravidade em abstrato do delito, em tese, cometido, reputando ausentes os requisitos da medida extrema, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal, em manifesta violação ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assevera a possibilidade de substituição do cárcere por cautelares alternativas.

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Opostas contrarrazões (e-STJ fls. 98-99), os autos ascenderam a este Superior Tribunal.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do inconformismo (e-STJ fls. 111-113).

É o relatório.

Dos elementos que instruem os autos, infere-se que o paciente foi preso em flagrante no dia **23/3/2019**, convertida a segregação em preventiva, e findou denunciado pela prática dos delitos previstos no art. 311 da Lei n. 9.503/97, nos arts. 12 e 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 e no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, todos na forma do art. 69 do Código Penal, por dirigir de forma perigosa, manter em depósito o total de 393,70 g de maconha, tendo ainda sido encontradas arma de fogo e munições na sua residência, bem como balança de precisão e quantia considerável de dinheiro.

Quanto aos fatos, consta na denúncia o seguinte:

*Na noite de 23 de março de 2019, na Av. Beira Rio, nesta cidade, o denunciado LUCAS GARCIA BRETAS foi portando um revolver, marca Taurus, calibre .38, devidamente municiado com uma munição CBC/Ogival, sem autorização e em desacordo com determinação legal*

# Superior Tribunal de Justiça

ou regulamentar.

Consta que por ocasião dos fatos policiais militares realizavam patrulhamento a fim de desvendar a ocorrência de um roubo, azo em que visualizaram quando o denunciado, ao avistar a viatura, realizou uma manobra evasiva, iniciando-se uma perseguição, pois o imputado desobedeceu os sinais luminosos e sonoros de parada emitidos pela viatura.

Nesse contexto, o denunciado LUCAS passou a pilotar o veículo de forma perigosa, trafegando em alta velocidade por ruas de grande movimentação e concentração de pessoas, a exemplo da Avenida Barão do Rio Branco, gerando efetivo perigo de dano, circunstâncias em que veio a sofrer uma queda, tendo então os policiais logrado encontrar com ele o referido revólver devidamente municiado, o qual era portado desprovido de qualquer autorização.

Na sequência, os policiais seguiram até a residência do denunciado (localizada na avenida Rosa de Saron, nº 873, Bairro Jardim Primavera, nesta cidade) local onde lograram encontrar mais um revólver calibre 32, uma munição calibre 38 e três munições calibre 32, os quais encontravam-se escondidos em diferentes locais do imóvel, tudo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar (fls. 29/34).

Não bastasse, durante estas mesmas buscas os policiais militares ainda constataram que LUCAS mantinha em depósito, 393,70g de maconha, substância ilícita e apta a causar dependência física e psíquica, sem qualquer autorização e em desacordo com a determinação legal (fl. 15), sendo certo que tal droga seria destinada por ele à comercialização / distribuição, eis que, afora a grande quantidade de entorpecente, no local também foram encontrados valores e uma balança de precisão, indicativos claros da atividade de traficância. (e-STJ fls. 58-60)

No dia **23/3/2019**, o Juízo processante converteu a prisão em flagrante em custódia preventiva, considerando a medida necessária para a manutenção da ordem pública, com fundamento na "arma de fogo e munições encontradas, além de um simulacro e substâncias entorpecentes, levando a crer que muito possivelmente esteja envolvido em outros crimes" (e-STJ fl. 22). Ademais, entendeu que está configurada "a periculosidade do agente e o risco de fuga, haja vista sua atitude no momento da abordagem policial, evidenciando ser necessária a prisão para garantia da aplicação da lei penal, bem como para conveniência da investigação e instrução criminal, não se vislumbrando possível a aplicação de nenhuma das medidas alternativas previstas no art.319 do CPP" (e-STJ fl. 22).

Instado a reconsiderar o decreto de segregação processual, registrou o

# Superior Tribunal de Justiça

Magistrado de origem que, "*além da arma e munições que o requerente portava no momento da prisão, em sua residência foram encontradas outra arma e munições de diversos calibre, um simulacro de arma, além de significativa quantia de drogas e balança de precisão, indicando gravidade concreta de sua conduta e sinalizando evidente risco à ordem pública*" (e-STJ fl. 30).

Irresignada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, considerando devidamente fundamentada a decisão de primeiro grau, denegou a ordem visada, ratificando o encarceramento processual do paciente, sobretudo a bem da ordem pública, consignando que o "*paciente foi preso em flagrante, em razão da prática de 3 delitos que se mostram mormente assoladores da sociedade, demonstrando que há necessidade da resguarda da ordem pública*" (e-STJ fl. 79).

Enfatizou, na ocasião, que "*pelo modus operandi utilizado, impele à resposta do Estado, para garantir a ordem pública, sobretudo para acautelar o meio social*" (e-STJ fl. 79).

Importante registrar que, em consulta realizada na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que, em **27/8/2019**, o réu foi condenado ao cumprimento de **7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, em regime inicial fechado**, mais pagamento de multa, como incurso nas sanções previstas no artigo 311 da Lei n. 9.503/1997, nos artigos 12 e 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 e no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, na forma do artigo 69 do Código Penal, ocasião em que foi mantida a segregação cautelar pelos mesmos fundamentos da decisão primeva.

Das informações colhidas na página eletrônica da Corte *a quo*, verifica-se que foi interposto recurso de apelação criminal, o qual encontra-se pendente de julgamento.

**Delineado o panorama fático-processual**, cumpre esclarecer, por oportuno, que o advento de sentença condenatória não enseja a prejudicialidade do reclamo no ponto relacionado à fundamentação da prisão preventiva, uma vez que, segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal e deste Sodalício, somente há novo título prisional quando existe motivação inédita para a manutenção da prisão cautelar por ocasião da sentença.

Por outro lado, quando os fundamentos que levaram à manutenção da preventiva foram os mesmos apontados por ocasião da decisão primeva, que se entendeu persistirem, como no caso dos autos, não há o que se falar em prejudicialidade do remédio constitucional.

Nesse sentido, pode-se colacionar, da Corte Suprema:

*"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTÉM OS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. Segundo a jurisprudência do STF, não há perda de objeto do habeas corpus quando a sentença condenatória superveniente mantém a custódia cautelar pelos mesmos fundamentos do decreto de prisão preventiva originário. Não há razão lógica e jurídica para obrigar a defesa a renovar o pedido de liberdade perante as instâncias subsequentes, impondo-lhe a obrigação de impugnar novamente os mesmos fundamentos que embasaram a custódia cautelar. O que acarreta a prejudicialidade da impetração é a*

# Superior Tribunal de Justiça

**sentença posterior que invoca motivação diversa do decreto prisional anterior. Precedentes.**

2. Não revela suficiente, para impedir o exame da impetração, a alegação genérica e automática de que a sentença condenatória superveniente configura o surgimento de um novo título prisional (agora respaldado nos elementos de prova colhidos na instrução criminal), pois os argumentos da espécie não guardam, evidentemente, pertinência com os pressupostos de cautelaridade inerentes à prisão preventiva (art. 312 do CPP).

3. No caso, o Min. Relator do Superior Tribunal de Justiça julgou prejudicado o pedido de habeas corpus, sob o fundamento de que a superveniência de novo título teria inaugurado “situação processual nova, diversa da apresentada à autoridade responsável pela constrição”. Entretanto, a sentença condenatória manteve a segregação cautelar do paciente sob os mesmos do decreto de prisão preventiva anterior.

4. Ordem concedida para que o Superior Tribunal de Justiça apresente o habeas corpus a novo julgamento.

(HC 119183, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 25/03/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 09-04-2014 PUBLIC 10-04-2014)"

E deste Superior Tribunal:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DE APELO EM LIBERDADE. FUNDAMENTOS DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA MANTIDOS. AUSÊNCIA DE NOVO TÍTULO. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. EFETIVO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE.

AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

[...]

2. Para a Quinta Turma desta Corte, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, situação não presente nos autos.

[...]

10. Habeas corpus não conhecido.

(HC 530.638/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019)

No que tange aos fundamentos autorizadores da constrição processual, observa-se, da leitura dos excertos supra, que a custódia do paciente foi concretamente justificada com esteio na gravidade do delito denunciado.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada "para fins

# Superior Tribunal de Justiça

*externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa", deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).*

Ora, na hipótese, constata-se que **a quantidade considerável da substância entorpecente apreendida - 393,70 g (trezentos e noventa e três gramas e setenta decigramas de maconha)** -, somada ao *modus operandi* do delito - **armazenamento de drogas, revólver e munições na própria residência** (e-STJ fl. 78) -, são fatores que **indicam sua habitualidade delitiva**, demonstrando que a prisão preventiva do ora paciente se encontra justificada e é realmente necessária para preservar a ordem pública e, consequentemente acautelar o meio social.

Patenteadas, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado, pois, a quantidade de drogas capturadas em flagrante, seria apta a atingir grande número de usuários caso fosse colocada em circulação, indicando dedicação ao comércio proscrito e a probabilidade concreta de continuidade delitiva, caso seja libertado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e preservação da prisão cautelar.

No tráfico de entorpecentes, a periculosidade social do agente pode ser aferida pelas circunstâncias em que se deu a ação criminosa, da qual se pode concluir, ainda, se há ou não risco de reiteração delitiva.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constritiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Retirar-se essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

Confirmam-se, a propósito os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS.*

# Superior Tribunal de Justiça

**PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.**

**HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

3. **No caso, a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta das condutas delituosas, notadamente porque foram apreendidos 48,5 gramas de maconha e 26,8 gramas de crack, uma arma de fogo com numeração suprimida, munições, um caderno com anotações da contabilidade do tráfico e uma balança de precisão. Tais circunstâncias justificam a segregação cautelar do paciente, consoante pacífico entendimento desta Corte.**

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 519.073/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 16/09/2019)"

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS. PETRECHOS PARA O TRÁFICO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. **A decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, bem como o acórdão atacado, demonstraram satisfatoriamente a necessidade da medida extrema para se garantir a ordem pública, notadamente em razão da apreensão de relevante quantidade e variedade de entorpecente (30g de cocaína e 1.327g de maconha),**

# Superior Tribunal de Justiça

*além de balança de precisão, arma de uso permitido e diversas munições, a indicar o íntimo envolvimento com a atividade delitiva.*

4. O Supremo Tribunal assentou que a gravidade concreta do crime, o modus operandi da ação delituosa e a periculosidade do agente, evidenciados pela expressiva quantidade e pluralidade de entorpecentes apreendidos, respaldam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública (HC n. 130708, Relatora Ministra CARMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 15/03/2016, publicado em 6/4/2016).

5. Presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.

6. **Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.**

7. Habeas corpus não conhecido.

(HC 505.213/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019)"

Assim, verificando-se que agora há sentença condenatória proferida, em que foram avaliadas todas as circunstâncias do evento criminoso e as condições pessoais do apenado, julgando-se necessária a manutenção da prisão preventiva, e constatando-se que permaneceu custodiado durante toda a instrução criminal, não se vislumbra ilegalidade a ser sanada de ofício por este Superior Tribunal, sobretudo em se considerando que a Corte originária ainda não se manifestou sobre essa nova decisão.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RÉU CONDENADO À PENA DE 11 ANOS, 3 MESES E 20 DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. REINCENTE. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

(...)

4. **É da jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal a permissividade de se negar ao acusado o direito de recorrer solto da sentença condenatória, se presentes os motivos para a segregação preventiva, mormente em relação ao réu que se manteve preso durante a persecução penal.**

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC 290.770/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/02/2016)

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. SÚMULA 691/STF.**

# Superior Tribunal de Justiça

AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. "Não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva" (HC 396.974/BA, Rel.

Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 30/8/2017).

4. As possíveis ilegalidades apontadas pela defesa, aptas à mitigação da mencionada Súmula e a justificar manifestação antecipada deste Superior Tribunal de Justiça, não foram verificadas em exame perfunctório próprio do momento processual de apreciação da liminar.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 418.316/MA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 31/10/2017)

Ainda, concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal **dada a periculosidade social do agente**, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para o acautelamento da ordem pública, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Como reiteradamente vem decidindo esta Corte Superior: "*Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública*" (RHC 100.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018).

Nesse contexto, demonstrados os pressupostos e os motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator